

NOTÍCIAS DA ASCT

Terça

18 de junho de 2024

Edição nº 03/2024

A árdua tarefa do constante convencimento político e burocrático para estabelecer uma estratégia eficiente de gestão de pessoas para as instituições de C&T do Brasil no médio e longo prazos

Os representantes das carreiras da C&T carregam a bandeira da valorização profissional remando contra o efeito rebote da desvalorização: a migração para outras carreiras, fuga de cérebros para outros países e o desmonte silencioso da falta ou insuficiência de concurso em áreas estratégicas de soberania e de alterações em Programas de fortalecimento Institucional.



Finalmente a Ministra Luciana Santos se encontrou com a Ministra Esther Dweck para tratar, entre outros assuntos, da valorização das carreiras de C&T. Do resultado da conversa, os representantes do Fórum de C&T e do MCTI foram recebidos pelos representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e das Relações de Trabalho (SRT) do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) no dia 07 de junho a fim de tratar dos rumos da Mesa Específica.

O Fórum conseguiu esclarecer ao MGI a sua importância histórica enquanto corpo e arena decisória dos trabalhadores da carreira. E, com base na Lei 8.691/93, solicitou que a Mesa Específica seja somente para a carreira de C&T, uma vez que uma Mesa, composta por carreiras diferentes, prejudica o espaço da categoria em razão da redução do tempo disponibilizado, já que outras entidades defendem outras pautas e utilizam o tempo disponível para todos. Foi prometido que esse ponto será considerado para a próxima reunião, junto ao Secretário Feijó.

Regina Coeli, Secretária de Gestão de Pessoas substituta, reforçou que o governo pretende aumentar para 20 classes todas as tabelas e que o governo está trabalhando para que haja uma diminuição da desigualdade entre as carreiras do serviço público. Discurso lúcido, mas incapaz de alcançar a prática dos aumentos bem maiores para as carreiras ditas típicas de Estado e das polícias. Na sua visão, as Mesas Específicas são a oportunidade que muitas carreiras desprestigiadas possuem para negociar um aumento maior, uma vez que as típicas não precisam delas porque o lobby e a decisão de valorização estão acima de sua alçada. É a triste constatação do corporativismo que funciona.

Os representantes do Fórum expuseram a preocupação da defasagem salarial, fuga de cérebros, falta de pessoal, falta de autorização de concursos em especial para os técnicos da carreira de desenvolvimento tecnológico que desempenham atividades especializadas e específicas, incapazes de serem absorvidas por qualquer outra carreira ou terceirização.

Os representantes do Fórum também têm feito convites aos gestores do MGI para conhecerem melhor a realidade do efeito do desmonte. Encorajamos nossos Diretores de Unidades de Pesquisa a fazer o mesmo. **É preciso fornecer elementos da nossa dura realidade para que haja a sábia decisão política de recuperar o protagonismo da C&T no desenvolvimento estratégico da economia brasileira e de impacto na soberania nacional.** Não basta a recomposição do FNDCT, é necessária a valorização de seus operadores, uma vez que o país precisa de mão-de-obra especializada na gestão da infraestrutura de C&T a fim de que não seja mais um Fundo capturado ou de fomento de ações esparsas e ineficientes em termos de entrega à sociedade brasileira.

Os representantes do MGI ainda reforçaram que as visitas objetivam compreender a realidade e sistematizar a gestão de pessoas do setor. Gostariam de unificar as tabelas – o que corresponderia o retorno das carreiras que saíram da Lei nº 8.691/93 e quiçá a inclusão de outras – e de aplicar o conceito da transversalidade que tem ocorrido para algumas carreiras, como Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS). A transversalidade traz benefícios na flexibilidade da movimentação para o

servidor e para a oxigenar as organizações, porém é um tanto reduzida à medida que nossos trabalhadores se especializam em áreas concentradas em determinadas instituições.

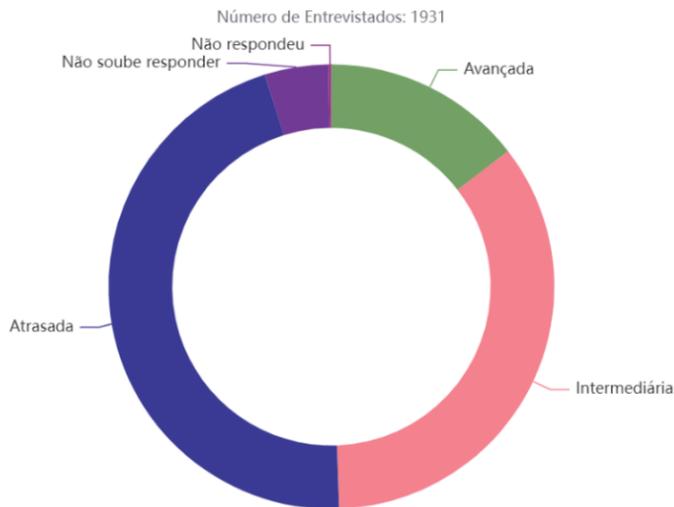
Ao final da reunião, perguntou-se sobre a PEC 32. O cenário não é bom. Foi-nos dito que o deputado Arthur Lira tem ameaçado constantemente o governo com ela e que parlamentares estão ávidos em incrementar suas emendas e que isso poderia frustrar alguns aumentos do funcionalismo. E a mídia continua pautando o ajuste fiscal e clamando por contenção de gastos do governo.

É chegada a hora da união e da busca por apoio político a quem considera C&T estratégica para o país. É ano eleitoral e os progressistas precisam sinalizar apoio a sua base de sustentação de projeto de país, o qual o funcionalismo público é nervo central.

Atualmente, o Congresso, ultraconservador e liberal, consegue ser bem sucedido em pautar absurdos retrocessos sociais e dominar a pauta pública que as pessoas não percebem que outras decisões importantes estão sendo tomadas acerca do ajuste fiscal e de alianças eleitorais. É tática.

A janela de oportunidade está se fechando para a C&T, já que a reunião da Mesa Específica com o MGI, marcada para o dia 12 de junho, foi cancelada no dia anterior em razão do acirramento das negociações com os trabalhadores da Educação. Ainda não há previsão de data para a apresentação de proposta para a categoria.

O brasileiro acredita que a situação do país no campo das pesquisas científicas e tecnológicas está: (%)



Fonte: <https://percepcao.cgee.org.br/faca-sua-analise>. Percepção Pública da C&T no Brasil. Estudo do CGEE, 2023.

A Ciência “só voltará” para as Universidades?

A pulverização das negociações tem privilegiado algumas categorias em detrimento de outras. Pesquisadores, Tecnologistas, Analistas, Assistentes, Técnicos e Auxiliares em C&T são preteridos em razão da paralização dos docentes das federais. Nossas perdas salariais são de 58%. Enquanto algumas carreiras terão 23% de aumento e outras com aumento ainda esse ano, não temos previsão de quando receberemos a proposta de reajuste do governo para o setor.

É importante lembrar que são sempre os trabalhadores a defenderem suas instituições, afinal, políticas de governo e políticos são passageiros. São servidores públicos estáveis que possuem o dever e as garantias de trabalho necessárias para zelar pelo bem público. E, são eles que, ao compor o Estado, atuam de forma a garantir a prestação contínua dos serviços públicos à sociedade.

Entretanto, a capacidade da prestação de serviços mostra-se reduzida porque a política, sobretudo entre 2016 e 2022, optou pela redução do papel do Estado. A bomba não estava somente no bolso do servidor, mas sim do cidadão que depende dos serviços públicos.

É natural que todo o funcionalismo espere do governo Lula, a recomposição dos quadros, a recuperação da defasagem salarial, reestruturações – cada categoria com uma pauta diferente em propor melhorias setoriais e de recuperação de perdas financeiras. A grande questão é a limitação orçamentária e as prioridades estratégicas do país.

Para C&T, desde o início do governo, os trabalhadores do MCTI permaneceram desvalorizados e assediados

frente a situação de outra categoria estar alocada no órgão. Coube a Advocacia-Geral da União (AGU) o papel de arbitrar a questão e pautar a política, afinal, a Pasta das Comunicações foi recriada ainda no governo anterior e não fazia ou faz sentido a C&T carregar seu passivo e ativo. A burocracia forte é capaz de exercer o controle e corrigir os desvios de percurso.

A ausência de uma postura estratégica da gestão organizacional pode ser interpretada de diversas formas, inclusive aquela do efeito perverso do presidencialismo de coalizão, quando os Ministérios são fatiados para atender pautas específicas de alianças e as políticas públicas se voltam para grupos específicos. Dessa forma, parte do governo atual se aproveita da herança anterior, mantendo a burocracia enfraquecida, de modo a operar a máquina em função de novos e velhos grupos de interesse.

Os representantes da ASCT passaram, então, a lutar pelo básico: a lógica da divisão de carreiras e atribuições dentro da Esplanada, uma vez que sua organização permanecia capturada dentro da área primordial do órgão, a Gestão de Pessoas.

Agora, são os representantes das Unidades de Pesquisa (UP) a lutar pelo básico: a permanência do Programa de Capacitação Institucional (PCI).

Trata-se de um programa de fortalecimento institucional criado em 1997 que tem como objetivo apoiar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais do Ministério. Por meio do PCI, são concedidas bolsas de pesquisa de nível técnico até pós-doutorado, de modo a dar suporte em pesquisas inclusive em áreas de fronteira do conhecimento, formando e empregando cientistas, além de dar fôlego às UP nos momentos de redução do papel do Estado, quando muitos servidores aposentam e não há recomposição dos quadros.

No início do mês, as Unidades de Pesquisa do MCTI foram informadas do término do PCI em 31 de dezembro de 2024. Essa decisão é motivada principalmente pelo andamento do processo de contratação de novos servidores e também pelas dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Ministério.

Durante a rodada de negociações da Mesa Setorial, de 11 de junho, o tema tomou a maior parte do tempo. Afinal, a notícia pegou todos de surpresa e criou-se preocupação sobre a descontinuidade da prestação do suporte de mais de mil bolsistas que atuam em todas as regiões do país.

Cenário de enfraquecimento institucional com a transformação das Bolsas PCI

Os representantes do MCTI esclareceram que o Programa, hoje operacionalizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Plataforma Carlos Chagas, será remodelado e deverá ser gerido pela Finep e patrocinado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio de editais universais.

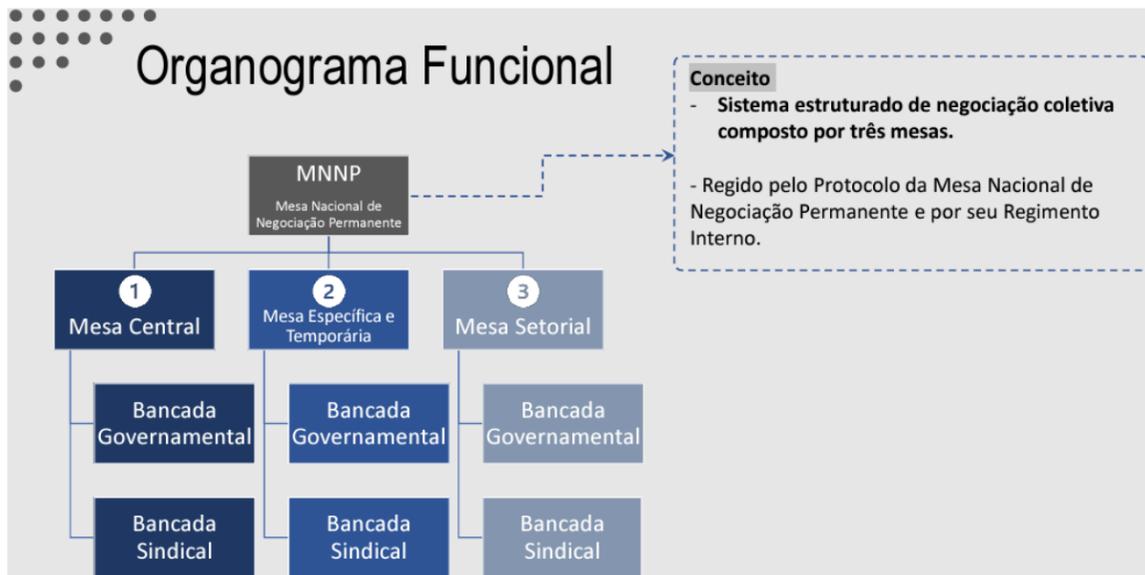
A mudança no desenho do Programa gera insatisfação porque as UP passam a ser desqualificadas dentro de seu próprio Ministério, pois desmonta-se um programa de fortalecimento institucional, feito sob encomenda para cada realidade e necessidade, e passa a ser criado um modelo de competição universal, que mesmo se der alguma vantagem competitiva para as UP, no processo seletivo, não garante a continuidade do reforço operacional sob medida, muito pelo contrário, gerará a ambiente de disputa de orçamento com as Universidades.

O movimento estudantil e as Universidades, bases eleitorais de parte do governo, tem sido agraciadas enquanto os operadores de parte importante de seus recursos tem sido preteridos. A operação da máquina governamental por novos grupos deixou claro a que veio ao cortar recurso em sua própria carne e proferir o discurso do PCI enquanto privilégio institucional. Seguimos capturados.

A Mesa Setorial deveria ser um espaço para o revigoramento das instituições e da sua burocracia, que espera ser fortalecida a ponto de prevenir-se, num futuro próximo, de uma nova onda negacionista da Ciência. Deveríamos e gostaríamos de discutir propostas como Escola de Governo para C&T e programas de capacitação, avanço na gestão estratégica de pessoas, articulação com o Congresso para a Política de C&T ser de Estado, metodologias de reposição de pessoal junto ao MGI, reformulação de normas para eficiência organizacional, entre outras. Infelizmente, o movimento dos trabalhadores da C&T gasta energia para se defender de desmonte e assédio institucional ao invés de construir soluções para o futuro do setor.

Na reunião da Mesa Setorial realizada no dia 11 de junho, os representantes do Fórum apresentaram uma pauta inicial como o apoio do MCTI, junto ao MGI, para o reenquadramento funcional dos anistiados, a participação de servidores de C&T nos Comitês de Busca das UP, a recriação do Conselho dos Diretores das UP, a urgência de concursos para algumas entidades, combate ao assédio, entre outras. O relato detalhado pode ser acessado no Relatório do Fórum disponível no link: https://www.asct.org.br/ASCT/arquivos/RELATORIO_09_DE_FORUM_DE_C_T_dias_11_E_12_06_24.pdf.

A ASCT aproveita a oportunidade e abre a seus associados a participação nesse processo. As sugestões de pontos de pauta podem ser enviadas para o e-mail asct@asct.org.br. As propostas serão avaliadas pela Diretoria e encaminhadas, no momento oportuno, para discussão com a gestão do MCTI na Mesa Setorial.



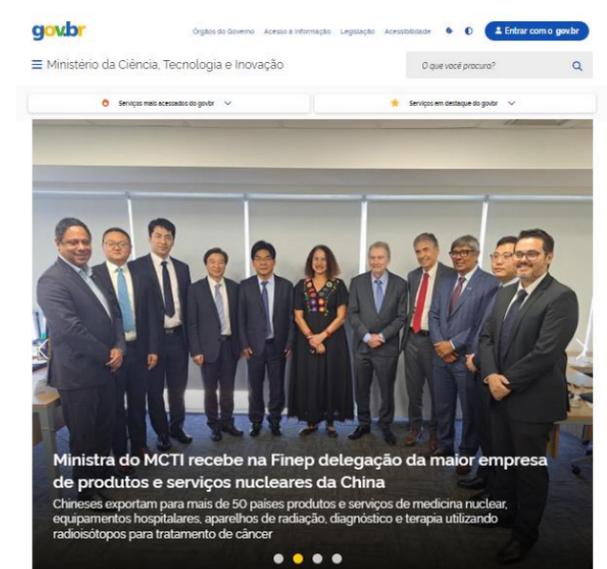
Existem três instâncias de diálogo. É neste momento que devemos nos fazer presentes. A classe trabalhadora da C&T, que constrói e gerencia políticas estratégicas para o país, deve superar todo e qualquer estigma contra o processo de sindicalização e associativismo.

A Mesa Setorial no MCTI só foi designada em maio deste ano, após 16 meses de governo dos trabalhadores. E veio depois de muita luta dos representantes do Fórum de C&T contra a letargia proposital da gestão, a qual se beneficia em dividir os trabalhadores, perpetuando o legado bolsonarista no seio de nosso Ministério. Somos um órgão-elefante, não forte, mas pesado, inchado na área-meio e raquítico nas finalísticas, onde poderíamos melhor servir a população brasileira.

Não podemos deixar de refletir sobre os efeitos da inação do MCTI em favor dos trabalhadores da C&T. Quem corta o bolo sempre se auto-privilegia. É esse o sistema que poucos líderes ousam enfrentar. Palavras bonitas e cálculos mirabolantes que inflam a ação governamental não enganam um movimento que há 30 anos luta pelo seu fortalecimento e reconhecimento como setor motriz de áreas estratégicas de interesse nacional.

A luta é coletiva e de convencimento de que o tripé gestão, pesquisa e desenvolvimento tecnológico precisa ser valorizado não somente em função dos efeitos positivos do desenvolvimento do ecossistema da C&T no progresso, mas também contra o obscurantismo do movimento anti-ciência e anti-Estado. O fortalecimento da própria burocracia é trincheira fundamental para resistir a qualquer outro revés negociacionista.

Em tempo, ainda vale a reflexão de que ser CEO da Esplanada vale mais do que atuar diretamente na promoção do desenvolvimento tecnológico e de pesquisa estratégica. O atrativo é mudar de carreira ou apostar na China que não vê a hora do desmonte ser generalizado.



Fonte: <https://www.gov.br/mcti/pt-br>

Continuaremos reféns de interesses internacionais se o setor estratégico não se tornar questão de soberania e Política de Estado. Mas, infelizmente, aparentemente essa é a escolha do próprio governo.

Entenda o Sistema de Negociações

Em fevereiro de 2023, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com entidades representativas dos servidores públicos foi retomada. A MNNP é um colegiado que permite a interlocução com servidores e empregados públicos civis da Administração Pública federal, regulada pela Portaria SGPRT/MGI nº 3.634, de 13 de julho de 2023.

A Mesa é subdividida em três categorias: a **Mesa Central**, responsável por negociações de caráter geral para todos os servidores públicos e pela consolidação de consensos por meio de Termo de Acordo; as **Mesas Específicas e Temporárias**, onde são negociadas pautas específicas apresentadas pelas entidades sindicais representantes das carreiras e que possuam impacto orçamentário; e as **Mesas Setoriais**, que organizam o debate em torno das pautas de caráter específico sem impacto orçamentário.

2 Mesa Específica e Temporária

Composição

Bancada Governamental:
1. Representantes da SRT e SGP/MGI; e
2. Representantes do órgão específico supervisor da carreira.

Bancada Sindical:
Representantes indicados pela entidade representativa da carreira.

Competência
Negociar as pautas específicas apresentadas pelas entidades sindicais representantes das carreiras e que **possuam impacto orçamentário**.

Reuniões
Prazos e procedimentos estabelecidos de forma consensual entre as bancadas.

Coordenação
SRT e SGP/MGI

É nessa Mesa que os representantes do Fórum de C&T esperam sensibilizar o governo da importância estratégica do setor e dos efeitos perversos do desmonte para a soberania nacional. Entretanto, como o governo age por reatividade, a pauta dos docentes impediu o progresso das nossas negociações.

Já a Mesa Setorial é a instância de diálogo junto aos órgãos, uma vez que não envolve impacto orçamentário. Nela cabem demandas pertinentes ao dia-a-dia dos trabalhadores da C&T como o estabelecimento de políticas contra o assédio, melhoria de normas e regimentos e promoção de iniciativas em prol dos colaboradores.

O maior contingente das carreiras de C&T está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), nas Unidades de Pesquisa (UP), Fundações e Autarquias, embora a transversalidade atinja outras Pastas Ministeriais como Defesa, Saúde, Educação, com órgãos que fomentam e promovem a pesquisa científica e tecnológica.

3 Mesa Setorial

Composição

Bancada Governamental:
Representantes do órgão envolvido.

Bancada Sindical:
Representantes indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos do órgão.

Competência
Organizar o debate em torno das pautas apresentadas pelas Bancadas Sindical e Governamental e dar encaminhamento às tratativas coletivas de caráter específico, **isentas de impacto orçamentário** e amparadas nas competências do órgão.

Reuniões
Prazos e procedimentos estabelecidos juntos aos respectivos órgãos.

Coordenação
Representante do órgão envolvido.

2 Mesa Central

Composição

Bancada Governamental:
Ministérios originários: MGI, MPO, MEC, MS, MTE, MPS, MF, CC, SG

Bancada Sindical:
20 (vinte) representantes das entidades sindicais representativas de abrangência nacional e 1 representante de cada Central Sindical que possua entidade do setor público filiada.

Competência
Organizar e exercer o debate sobre **pautas de caráter geral** apresentadas pelas Bancadas Sindical e Governamental, consolidando eventuais consensos alcançados por meio de Termo de Acordo.

Reuniões
Recepção de pauta em janeiro, com reuniões ordinárias trimestrais

Coordenação
SRT/MGI

Na Mesa Central, a C&T é representada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SINDCT). Em 2023, foi acordado aumento linear de 9% a todos os servidores, além da majoração do auxílio-alimentação, que passou de R\$ 458 para R\$ 658. Para 2024, não há reajuste, mas apenas a majoração do auxílio-alimentação para R\$1 mil, do auxílio-saúde para cerca de R\$ 215 e do auxílio-creche para R\$ 484,90.

A Mesa Específica e Temporária, por sua vez, visa discutir demandas específicas apresentadas por sindicatos, que tenham implicações financeiras, como por exemplo, reestruturação, incorporações de gratificações, criação de adicionais, regras de progressão.



Atuação do INPE no Desastre do RS

Mapas disponíveis - Carta de Desastres

Previsão meteorológica - modelos

Produtos dos Satélites Meteorológicos Disponíveis

Imagens disponíveis CBERS e AMAZONIA-1

Notícias INPE:

- Condições meteorológicas no RS dia 02/05, animação das imagens de satélite
- O AdaptaBrasil - INPE/MCTI e a tragédia climática no Rio Grande do Sul
- Imagem do Satélite Amazonia-1 dá dimensão da tragédia em todo o Rio Grande do Sul
- Nas últimas três décadas, Sul registra aumento de até 30% na precipitação média anual
- Nota Técnica Conjunta: Riscos Geo-Hidrológicos para o Rio Grande do Sul para o período entre 10 a 13/05/2024
- Imagem de satélite revela extensão da inundação no Vale do Taquari no Rio Grande do Sul

Fonte: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/atuacao-do-inpe-no-desastre-no-rs>.

O INPE é C&T

A história do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) remonta a época da Guerra Fria, quando os EUA e a URSS realizavam a corrida espacial, e dois alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em colaboração do Laboratório de Pesquisa Naval da Marinha dos Estados Unidos, construíram uma estação de rastreamento, com a qual captaram sinais de dois satélites.

Nos anos sucessivos, o país passou a ingressar em cooperações científicas, formando cientistas e construindo a infraestrutura para lançamento de foguetes e satélites.

Em 2023, o INPE firmou o Protocolo Complementar ao "Acordo - Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior" com a República Popular da China para o desenvolvimento conjunto do **satélite CBERS-6**, que custará mais de 100 milhões de dólares e tem previsão de entrar em órbita em 2028. O satélite possibilitará a geração de imagens diárias do Brasil e da China, monitorando os recursos naturais, o meio ambiente, desmatamentos, queimadas, o nível de reservatórios, desastres naturais, a expansão agrícola e o desenvolvimento das cidades.

O Instituto também desenvolveu nova plataforma multimissão para satélites, a P100, que servirá de base para missões espaciais que requeiram satélites da classe 200 kg.

A expertise do INPE possibilitou que, em 2021, o lançamento do primeiro satélite completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil. Atualmente, o INPE está preparando a montagem, integração e teste de outro **satélite nacional**, o Amazônia-1B.

Cabe destaque, também, para o Portal Queimadas, que monitora focos de incêndio em todo país e o Portal Subsazonal, que produz previsões subsazonais para a Organização Meteorológica Mundial.

Na esfera acadêmica, somente em 2023, seus servidores escreveram 516 artigos científicos e 972 publicações técnico-científicas entre livros, capítulos, artigos em congressos, artigos em revistas e relatórios.

O INPE e a Agência Espacial Brasileira (AEB) são responsáveis pelo Programa Espacial Brasileiro, que busca consolidar no país a capacidade para desenvolver e fabricar sistemas espaciais em prol da sociedade, por meio do estabelecimento de uma indústria nacional, mobilizando o setor com o poder de compra do Estado. Entretanto, os investimentos tem sido escassos.

Países que compreendem a importância estratégica do setor investem bilhões. Apenas em 2008, a Agência Espacial Americana (NASA) gastou US\$

A contribuição do INPE à sociedade não é recente. Há décadas monitora o clima e ecossistemas. Na figura de seu ex-diretor, Ricardo Galvão, resistiu às pressões políticas do governo passado que ignorava os alertas relacionados ao desmatamento na Amazônia.

18,9 bilhões em aplicações civis; a Agência Espacial Chinesa (CNSA), US\$ 1,30 bilhão e a Agência Espacial Indiana (ISRO), US\$ 966 milhões. Infelizmente, no Brasil a soma do orçamento destinado ao Programa Espacial foi de aproximadamente US\$ 500 milhões entre 2012 e 2018.

A Ciência, Tecnologia e Inovação são investimentos fundamentais e estratégicos para a promoção do desenvolvimento nacional. A gerência de Instituições de Pesquisa desse porte perpassa por planejamento estratégico da carreira de gestão e a condução de seus resultados são frutos do trabalho da carreira de desenvolvimento tecnológico e pesquisa. Entretanto, ao tripé das carreiras de C&T é preciso o emprego da valorização para atração e retenção dos talentos, além de orçamento suficiente para alavancar setores específicos como o Espacial. É questão de soberania. É também questão de sobrevivência, afinal, monitora as mudanças climáticas, grande desafio da humanidade contemporânea.

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MCTI - ASCT

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – **Ana Paula Sampaio Volpe**
Diretor Financeiro-Administrativo – **Ivalmar Jorge Freire**
Diretora de Estudos Estratégicos e Assuntos Profissionais – **Higor Thales Rocha Lopes**
Diretor Assuntos Parlamentares, Articulações Institucionais – **Elzvir Azevedo Guerra**
Diretora de Eventos, Esportes e Saúde no Trabalho – **Sergio Knorr Velho**
Suplentes:
Sergio Brito
Joelmo Jesus de Oliveira
Sheila Miranda

Conselho Fiscal:

Hideraldo Luiz de Almeida
Fabio Alexandre Barreto da Silva
Natalia Aurélio Vieira
Suplentes:
Maria Joana Ribeiro da Silva
Evando Cardoso Boaventura

Funcionário:

Gabriel Machado

E-mail: asct@asct.org.br Website: <https://www.asct.org.br/>

Telefone: (61) 2033-7680 ou 7483 / (61) 99996-6501 whatsapp

Instagram: [asct.mcti](https://www.instagram.com/asct.mcti)

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "E" Subsolo - Brasília - DF - CEP: 70067-900



A Ciência, Tecnologia e Inovação deve ser Política de Estado para atender os interesses de soberania nacional.